

## PRIMEIRO PASSO: DOCUMENTAR AS COLEÇÕES

Alexandre Matos

### Resumo

A documentação dos acervos nos museus é, facilmente o ouvimos nas comunidades museológicas nacional e internacional, uma prioridade no trabalho dos museus. No entanto, apesar do reconhecimento da sua importância, os museus, os seus responsáveis e as tutelas não têm dado a esta tarefa, primordial para a gestão das próprias instituições, a importância que ela merece. Apesar do elevado investimento que se assistiu desde há alguns anos até à presente data, os indicadores recolhidos nos últimos estudos europeus sobre os processos de digitalização do património cultural, são manifestamente baixos. Os factores que contribuem para os números conhecidos atualmente são diversos e têm diferentes justificações, no entanto, tentaremos advogar neste artigo e apresentação a necessidade de colocar a documentação das coleções como uma prioridade absoluta e sugerir alguns instrumentos que poderão auxiliar os museus a conhecer e utilizar melhor o seu maior ativo: as coleções.

Palavras-chave: documentação em museus; normalização; política de coleções; gestão de coleções; estratégia e plano de documentação

## Abstract

The documentation of collections in museums is often mentioned in national and international museum communities, as a priority for museums. However, despite the recognition of its importance, the museums, their boards and guardianships haven't given to this task, central to the management of the institutions themselves, the importance it deserves. Despite the large investment in that kind of museum task, the indicators collected in recent European studies about digitization of cultural heritage are clearly low. The factors contributing to the numbers known today are diverse and have different reasons, however, we'll advocate in this article the need to establish museum documentation as a top priority and suggest some tools that could help museums to have better knowledge and use better their greatest asset: the collections.

**Keywords:** museum documentation; museum standards; collections policies; collections management; strategy and documentation planning

*Documentar é o processo através do qual registamos um conjunto de informações de carácter histórico, contextual, administrativo, etc. sobre os objetos que compõem as coleções dos museus. O principal objetivo da documentação é potenciar a reflexão e a contínua construção de conhecimento sobre as coleções e facilitar a interação entre o museu e o Público.*

Não é, certamente, uma definição completa do que entendo pelo todo do processo de documentação nos museus. A mesma teria que incluir algumas referências a outras matérias relacionadas com as preocupações normativas, no entanto, esta descrição do âmbito da documentação nos museus permite-nos reconhecer dois momentos fundamentais e justificadores do processo em si: a reunião de informação e conseqüente criação do conhecimento associado e a utilização desse conhecimento na interação com o público dos museus. Um e outro momento estão inscritos na definição daquilo que deve ser um museu atualmente.

A documentação de coleções e, a par, a sua gestão, são o ponto de partida para qualquer museu que pretenda cumprir eficazmente a sua missão. Sem o conhecimento das coleções o museu não pode utilizar, porque desconhece, a razão da sua própria existência e cumprir todas as funções a que está obrigado de acordo com a definição de museu do ICOM. Esta é uma visão que vimos defendendo já há alguns anos e que, pese embora o esforço de muitos museus, não tem tido de todos os envolvidos – tutelas, profissionais, associações do sector, etc. – a atenção devida. Atualmente o ponto focal de atenção dos museus é público, as pessoas, os seus visitantes, no entanto, concentrar toda a atenção no público não nos fará descuidar o desenvolvimento da área específica da documentação, gestão e conhecimento das coleções? Não poderíamos considerar o público e a coleção como elementos centrais e imprescindíveis da estratégia destas instituições? É nossa convicção que não só poderíamos, como deveríamos. Vejamos, porém, alguns dados que fundamentam o descuido com a documentação e gestão de coleções e que nos permitirão concluir sobre a urgência deste trabalho.

Em 2010, a pedido do comité de Sábios da União Europeia, a *Collections Trust*, através do seu CEO, Nick Poole, preparou um relatório intitulado “*The Cost of Digitising Europe’s Cultural Heritage*” (POOLE, 2010) que pretendeu estabelecer um valor de custo para a digitalização do património cultural europeu considerando a sua diversidade e complexidade. Este relatório, que serviria para informar o Comité na tomada de decisões estruturais a este respeito, aponta dados bastan-

te interessantes que permitem esclarecer o ponto de situação da digitalização<sup>1</sup> do património cultural europeu, processo que embora represente apenas uma parte daquilo que consideramos como documentação de coleções, tem absorvido fundos consideráveis dos governos e da União Europeia.

O relatório aponta números sobre o processo de digitalização de uma grande variedade de instituições culturais que tem à sua guarda diferentes tipos de património, como bibliotecas, arquivos, emissoras de rádio e televisão, porém, para este artigo pretendemos apenas considerar os valores apresentados na área dos museus. Não que o valor total de coleções digitalizadas – 11% – em arquivos, bibliotecas, emissoras, museus, etc. não nos permitisse ter desde logo uma visão importante relativamente à premência deste processo, mas no caso dos museus os mesmos dados poderão constituir um engano, se não tivermos em consideração a percentagem de coleções que aguardam digitalização num e noutro caso. Os valores no caso específico dos museus apontam para um total de 25% de coleções que já estão digitalizadas e 72% de coleções que necessitam de passar pelo processo, ao contrário dos números relativos a todos os tipos de instituições onde apenas 58% das coleções aguardam ainda pelo processo de digitalização. Estes valores demonstram, de forma evidente, que apesar do investimento público feito até então, a percentagem de coleções não digitalizadas implicará no futuro um esforço considerável.

Pese embora estes dados possam parecer negativos há um conjunto de factores que contribuem para que o processo de digitalização e documentação das coleções esteja, a nível internacional pelo menos, a ser conduzido através de uma visão estratégica. Ainda segundo o estudo da *Collections Trust* há um total de 83% das instituições que se encontram interessadas e participam no processo de digitalização, das quais 34% têm estratégia de digitalização definida e 31% uma política clara relativamente à utilização do resultado deste processo. Outros dois dados que nos parecem importantes para esta análise é baixa percentagem de pessoal que está ligado diretamente a esta tarefa (3,3%) e a elevada percentagem de fundos internos, não dependentes de terceiros, que são aqui despendidos (87%).

Conhecendo estes dados ficamos curiosos em conhecer melhor a realidade portuguesa e procuramos informação disponível que nos permitisse comparar, ainda que de forma menos exaustiva, alguns dos dados referidos no relatório. Não há,

1 A definição de digitalização que subscrevemos é a que Nick Poole apresenta no referido relatório: “Digitisation is a loosely-defined term which describes the set of management and technical processes and activities by which material is selected, processed, converted from analogue to digital format, described, stored, preserved and distributed.” (POOLE, 2010).

como é conhecido, um estudo semelhante sobre documentação ou digitalização nos museus portugueses. A informação que resulta dos inquéritos feitos aos Museus Portugueses e que tem sido publicada pelo extinto Instituto Português de Museus e Observatório das Actividades Culturais não é extensa sobre este tópico e, à data deste seminário, apenas se encontram dados publicados até ao ano 2003. Assim sendo procuramos informação disponível *online* sobre coleções ou património que tenha passado por processos de digitalização.

Os projetos que selecionamos para o efeito foram o MatrizNet, o portal de pesquisa dos Bens Culturais da Igreja, o projeto de inventário do património museológico do Ministério da Educação e o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Todos estes exemplos de processos de digitalização representam um esforço considerável (financeiro e humano) no âmbito de cada uma das instituições mencionadas. Os resultados que apresentavam, nas plataformas de pesquisa de cada um dos projetos, perfaziam totais de 89.530 registos no MatrizNet para 34 Museus/Palácios, 21.075 registos nos Bens Culturais da Igreja para 6 dioceses e 35.741 registos relativos a 144 escolas no projeto do património museológico do Ministério da Educação<sup>2</sup>. Valores consideráveis que infelizmente não podem ser apresentados em percentagem, porque desconhecemos o valor total de cada uma das coleções, mas que ainda assim nos parecem insuficientes dada a expectável extensão<sup>3</sup> das diferentes “coleções” tuteladas por cada uma das entidades mencionadas.

Com o caso do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, que estudamos com maior detalhe na nossa tese de doutoramento (MATOS, 2012), pretendemos dar uma visão mais fina sobre os números envolvidos nos processos de digitalização e documentação. No caso deste museu o total das coleções que gere (as antigas coleções dos departamentos da Universidade de Coimbra) cifra-se em 233.000 objetos. Destes, em setembro de 2012, estavam registados em base de dados um total de 23.588 objetos, sendo que apenas 20.058 estavam disponíveis no Museu Digital (plataforma online de pesquisa das coleções do Museu da Ciência). Considerando o estimativa do total de objetos, podemos afirmar que, aproximadamente, 10% da coleção do Museu da Ciência está documentada e digitalizada. No entanto, o esforço necessário para alcançar este valor é maior do que a frieza dos números apresenta. Para os 10% de objetos documentados existem um conjunto de registos de eventos,

2 Dados obtidos através da consulta aos respetivos repositórios em Julho de 2013. Referem-se apenas a registos de inventário de bens culturais.

3 Embora não existam valores absolutos relativamente à quantidade de bens culturais tutelados pelas diferentes instituições mencionadas, os dados existentes apontam para valores muito superiores aos aqui mencionados (SANTOS, 2005).

entidades, referências documentais, ficheiros multimédia e relações entre registos criados que só no caso de informação específica de inventário (Autorias, Estados de conservação, Localizações, etc.) contabiliza mais de meio milhão de registos.

É um esforço, na nossa opinião notável, mas que pode ser afectado pela inexistência, ao contrário do que apresenta o relatório de Nick Poole, de uma estratégia nacional para este trabalho ou de políticas que definam o que fazer com os resultados de um investimento tão alto, para além de que este trabalho essencial, assente normalmente no financiamento público, não tem grandes perspectivas de continuidade<sup>4</sup> dada a crise financeira que o país atravessa.

Retomemos, porque importa sempre frisar essa informação, o relatório de Nick Poole sobre a percentagem de coleções que ainda estão por digitalizar nos museus – 72% e acrescentemos a este elevado valor o custo médio estimado de todo o processo de digitalização do património cultural ainda não concluído – 38.73 biliões de euros e temos dados objetivos para discutir este assunto e pensar em formas de melhorar os processos utilizados na digitalização das coleções e na sua disponibilização, perspectivando formas que permitam aos museus maiores proveitos do investimento realizado.

Não se pense que estamos perante uma tarefa fácil. O museu precisa, no caso português, de mudar o paradigma em que assenta até agora a documentação das suas coleções. Precisa o museu, precisamos nós, os seus profissionais, de encarar as coleções e a sua documentação como um elemento central, a par (e para) do seu público, para cumprir a sua missão. Precisamos de deixar de conter informação em diferentes silos não comunicantes sobre gestão, história, conservação, inventário, eventos, entidades, etc. e passar a uma situação onde os silos de informação comunicam entre si, em pontos estratégicos, que permitem a criação de relações entre informação e conseqüente facilitação de criação autónoma (independente) de conhecimento.

Nesse sentido, os museus, tal como foi (e bem) preconizado pela Rede Portuguesa de Museus no seu início, terão que obrigatoriamente concentrar a sua atenção em definir, antes de mais, uma política de coleções abrangente, pública, suportada pela missão do museu, que defina claramente a sua atuação relativamente ao desenvolvimento, conservação, documentação e acessibilidade da coleção. Um

4 Entenda-se a continuidade aqui como o desenvolvimento contínuo deste tipo de trabalho, sem interrupções alargadas que destroem qualquer tentativa de construção de equipas e utilização de equipamentos de forma rentável e eficiente.

instrumento que deverá servir como guia de longo prazo para o museu, para os seus profissionais e, acima de tudo, para o seu público.

A partir da política de coleções poderá então o museu definir a estratégia de atuação relativamente aos processos de documentação e digitalização da coleção, definindo objetivos, prazos, metodologias, prioridades e produtos finais desejados tendo em conta o exposto sobre a acessibilidade à coleção. Esta estratégia, que deverá ser um documento discutido e revisto com base na avaliação de desempenho de todo o processo, permitirá, por sua vez, a definição do planeamento do processo de documentação e digitalização onde o museu estabelecerá as ferramentas, recursos humanos e financeiros, prazos, responsabilidade e momentos de avaliação (pontual e global) que sustentarão, na prática, a atuação de toda a equipa do museu.

Um último aspecto a considerar na concepção de todo o projeto – de certa forma paralelo ao momento anterior, porque condiciona algumas escolhas no planeamento – é a normalização, internacional e nacional, existente para a elaboração desta tarefa. Algumas instituições internacionais de referência como o Comité Internacional para a Documentação do ICOM (CIDOC), a *Canadian Heritage Information Network*, a *Collections Trust*, o *Getty Research Institute*, etc. têm, ao longo dos anos, dedicado um considerável esforço na definição de normas que rentabilizam e facilitam o trabalho dos museus na documentação das coleções. Divididas em três grandes áreas: estrutura de dados, procedimentos e terminologias, as normas específicas para a documentação museológica, coadjuvadas por um conjunto auxiliar de normas técnicas (intercâmbio de dados, formatos, etc.) não pretendem unificar descrições ou simplesmente normalizar descritivos, mas sim habilitar a utilização da informação produzida sobre as coleções nos mais diversos contextos, através de diversos canais e públicos.

No caso dos museus universitários, tal como o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, os elementos preparatórios do processo descritos atrás aplicam-se da mesma forma. No entanto, fruto da própria natureza da instituição que os tutela, cabe, na nossa opinião, aos museus universitários um papel de exploração e investigação na área da museologia, especificamente na área da documentação de museus, que não poderá ser desempenhado da mesma forma pelos restantes museus. A experimentação e avaliação de normas, a exploração de novas metodologias para a descrição dos bens culturais, a criação de thesauri, a verificação de normas técnicas, etc. só são possíveis em instituições com a possibilidade de reunir em si diferentes conhecimentos de áreas específicas como a história, informática, ciências naturais, ciências da informação entre muitas outras que contribuem para o sucesso da documentação e gestão das coleções museológicas.

O museu universitário encarado assim como centro de investigação e experimentação nas mais diversas áreas da museologia e ciências conexas, tal como aconteceu, nesta área específica, com o trabalho que desenvolvemos conjuntamente com o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (MATOS, 2012), ganha para si e possibilita aos museus não universitários o usufruto dos trabalhos de investigação aí realizados.

Além das vantagens da investigação aplicada, o museu ganha com uma melhor, mais eficiente, gestão da informação sobre a sua coleção que facilita a criação do conhecimento através do estabelecimento de relações e associações de informação sobre diferentes bens, eventos, entidades ou documentação.

No entanto, há alguns problemas que têm, ao longo dos anos, impedido um melhor desenvolvimento desta área em Portugal. Desde logo a falta de investimento a longo prazo e a exigência de resultados práticos e mensuráveis que permitam perceber o retorno (principalmente o não financeiro) gerado. Ligado a este primeiro ponto negativo podemos também apontar a não existência, na maior parte dos museus portugueses, de pessoal com dedicação exclusiva a esta tarefa, facto que resulta, amiúde, em na ausência de continuidade das equipas que são constituídas para projetos pontuais, normalmente suportados por fundos europeus. Por fim, há também uma lacuna na formação museológica neste sector, uma vez que se privilegiam mais os conhecimentos na utilização de ferramentas informáticas, do que uma formação mais basilar na definição de políticas e no conhecimento das normas utilizadas para a documentação das coleções. Estes problemas precisam, de forma urgente, de ser ultrapassados. Se o conseguirmos fazer, os museus ficarão mais capacitados para uma das suas mais importantes tarefas, a criação e divulgação do conhecimento através das suas coleções e a capacidade de aproximação, através das histórias que tem para transmitir, ao seu público.

Termino, tal como na apresentação no seminário, com uma frase de um anterior *Chairman* da *Museum Documentation Association* sobre a importância da documentação para os museus que julgo ser um excelente fim e, ao mesmo tempo, arranque para as reflexões que este texto possa provocar.

“Documentation, the management of information about collections, is the key to unlocking the potential of our museums. It is more than simply a means of managing an object in a collection. It is a way of turning that object into a working artifact, a vital part of the creative process which transforms recognition into inspiration for our users” Mike Houlihan (Antigo Chairman da MDA).

## Referências

MATOS, A. (2012). SPECTRUM : uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses. Porto.

POOLE, N. (2010). The Cost of Digitising Europe's Cultural Heritage. Collections Trust.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos [coord.] (2005). O panorama museológico em Portugal: 2000-2003. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus.